NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 03/Abr

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1938 | 2018

Campanha Salarial

Na 9ª rodada de negociação, patrões insistem na retirada de direitos dos vigilantes da Bahia

Na 9ª rodada de negociação da Convenção Coletiva dos vigilantes da Bahia para o ano 2018 realizada na tarde da última quarta-feira, 28, foi a vez de os patrões insistirem nas suas propostas indecentes de retiradas de conquistas, apesar de duramente repelidas pelas lideranças sindicais e Representantes da Base. Os patrões propõem deixar de pagar:

· Intervalo Intrajornada = menos R$ 117 no contracheque (justificativa deles: reforma trabalhista- RT);

· Feriado na 12/36 = menos R$ 75 (justificativa deles: RT);

· Adicional Noturno de 5 as 7 = R$ 37 (justificativa deles: RT);

Só aí, cerca de R$ 230 a menos no contracheque.

· Deixar de pagar o Dia do Vigilante = menos R$ 112 (justificativa deles: nenhuma);

· Fim da homologação de rescisão no Sindicato. Demite, paga o que quer, sem proteção do Sindicato. (Justificativa deles: RT);

· Fim do adiantamento do 13º em junho. Querem pagar só em 30 de novembro e dezembro (1ª e 2ª parcela). (Justificativa: ficar com o dinheiro do vigilante para capital de giro ou para o "bem-bom", deles;

Uma próxima rodada de negociação ficou marcada para a próxima quinta-feira, 5 de abril, às 15h30.

Até lá vamos continuar a mobilização e a pressão. Após esta rodada devemos avaliar em assembleias os passos seguintes, inclusive levar as negociações para a SRTE (ex- Delegacia Regional do Trabalho) ou MPT.

Lembramos ainda:

· todos os vigilantes presentes lá no Centro Empresarial Iguatemi na tarde de quarta-feira, 28, foram informados do resultado da reunião;

· as assembleias realizadas de novembro até agora tem escolhido os representantes de base para acompanharem a direção do Sindicato na mesa de negociação. Quem participa das assembleias, sabe. Quem não participa fica no bláblablá.

O quadro da Bahia não é único. Minas Gerais, com data-base em janeiro, já está na 12ª rodada e nada de conclusão da negociação. Aqui, vamos até quando for possível, sem dar ao patrão a justificativa de romper a negociação e a ilegalidade do nosso movimento.

No Rio a encrenca é a jornada intermitente ou a legalização do horista, segundo a RT. Aqui horista ou intermitente é: SEM CHANCE!

DIA 05/4 – QUINTA-FEIRA, ÀS 15H30 –
NEGOCIAÇÃO NO C.E. IGUATEMI
A LUTA CONTINUA !

Fonte: Sindvigilantes/BA

A convite do MPT-RJ, Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões participa de encontro sobre movimento sindical

Cláudio Vigilante (com microfone) sugeriu ação conjunta entre sindicato e MPT para derrubar artigos que prejudicam classe trabalhadora

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões e o Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias foram convidados para participar nesta terça-feira (2) de um evento no MPT/RJ para debater o tema movimento Sindical, que envolve a liberdade de organização sindical, de filiação sindical, a negociação coletiva e o direito de greve como instrumentos de defesa e de melhoria da condição social dos trabalhadores, sob a coordenação dos procuradores do Trabalho PRT da 1ª Região/RJ Drº João Carlos Teixeira e Carlos Augusto Solar.

O Objetivo do MPT era ouvir as demandas vindas dos vários Sindicatos que se encontrava presente para que juntos pudessem buscar mecanismos para garantir os direitos dos Trabalhadores e também buscar encontrar meios de que os Sindicatos sérios possam continuar atuando na defesa das mais diversas categorias.

Participaram do evento o Presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões, Cláudio Vigilante, os diretores do Sindicato Adilson Vigilante, Eduardo Carvalho e Sérgio Oliveira Além da Drª. Clarissa Costa representando o Jurídico do Sindicato Svnit, esteve presente também representando o Sindicato dos Vigilantes de Duque de Caxias o Presidente do Sindicato Carlos Gil.

O Presidente do Sindicato Svnit e Secretário Geral da Cntv, Cláudio Vigilante, ao fazer uso da palavra pediu apoio do MPT para combater a reforma Trabalhista, que veio para retirar os direitos dos trabalhadores, e mencionou alguns pontos que afetam toda a classe trabalhadora e em especial os Vigilantes que, em Negociação Coletiva, enfrentam empresários que buscam de todas as formas pressionar os Sindicatos para retirar os direitos dos trabalhadores.

Claudio Vigilante solicitou ao MPT que ajudasse os Sindicatos na luta junto ao STF e TST para derrubar alguns artigos da nova legislação e deu como exemplo o contrato parcial, a redução do horário de Almoço de 1 hora para trinta minutos, contrato intermitente e banco de horas que escraviza todos os trabalhadores.

Claudio Vigilante salientou ainda que esses artigos prejudicarão muitos os Vigilantes. “Não é justo que o Vigilante seja contratado pelo contratado parcial recebendo um salário inferior ao da CCT correndo o mesmo risco no mesmo posto de Serviço do Vigilante que recebe o valor integral”, afirmou.

Claudio Vigilante agradeceu o convite do MPT e deu uma sugestão de que poderia ser feito uma ação em conjunto entre Sindicato e MPT para derrubar os artigos que prejudicam toda a classe trabalhadora e principalmente os Vigilantes.

Fonte: SVNIT

Vigilante de hospital público em Brasília é baleado após proibir entrada de visitante

Homem de 50 anos foi atingido no maxilar em unidade da rede pública. Ele impediu visita de jovem à mulher internada por falta de documento.

Jovem de 17 anos foi detido em Novo Gama, no Entorno do DF, após atirar em vigilante do Hospital Regional do Gama (Foto: TV Globo/Reprodução)

Um vigilante de 50 anos do Hospital Regional do Gama, no Distrito Federal, foi baleado por volta das 22h desta segunda-feira (3) após proibir a entrada do marido de uma paciente que estava sem documento.

O disparo atingiu o maxilar do vigilante e o projétil ficou alojado. Ele foi está internado no Hospital de Base, onde deve passar por uma cirurgia, e está "fora de perigo", segundo o Sindicato dos Vigilantes. O G1 tenta contato com a Secretaria de Saúde para mais informações.

Já o autor do disparo foi detido cerca de 15 minutos depois perto de casa, no Novo Gama, e levado à Delegacia da Criança e do Adolescente, porque tem 17 anos. Segundo a Polícia Militar, o jovem não tem outras passagens criminais.

"Ele tinha acabado de sair da casa dele, onde tinha tomado um banho para trocar a roupa e não ser reconhecido", explicou o soldado Aguiar, da PM de Goiás, que prestou apoio aos policiais do DF. "Ele disse que ia dar só uma volta."

Tiro no rosto

Funcionários e pacientes do hospital que presenciaram o crime disseram que o vigilante foi baleado minutos depois de impedir a visita do jovem à mulher dele, que tivera um bebê e estava de repouso no quarto. O segurança monitorava a portaria central da unidade.

"O colega falou pra ele: 'rapaz, vai atrás de um documento'. Ele: 'então vou buscar'. Aí o colega [estava] sentado, atendendo outras pessoas, ele [o jovem] já chegou atirando na boca do colega", contou o funcionário Nasário dos Santos. Segundo ele, o vigilante tinha "acabado de entrar no plantão".

"Ele passou por nós normalmente, andando como se não tivesse nada. Chegou lá no balcão e deu um tiro no guarda", disse o pedreiro Daniel Martins.

Depois do disparo, o jovem teria saído correndo e passado por debaixo da grade do portão, que estava trancado. Ele subiu na garupa de uma moto e fugiu. Neste intervalo de tempo, ele passou em casa, tomou um banho e "deu uma volta" – momento em que a polícia acredita que o jovem escondeu a arma.

O revólver não havia sido encontrado até a publicação desta reportagem e o homem que pilotou a moto, também não fora identificado. O G1entrou em contato com a Polícia Civil para obter mais detalhes sobre o caso e aguardava informações até as 6h40.

Fonte: G1

Deputado quer enquadrar movimentos sociais e o sindical como terroristas

Na justificação do projeto, Marinho compara esses movimentos (sociais e o sindical) com práticas de milícias.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN) apresentou, no dia 22 de março, à Câmara dos Deputados, o PL 9.858/18, que altera a Lei 13.260, de 16 de março de 2016, para dispor "sobre a atividade terrorista de movimentos sociais". O que o deputado, que foi relator da Reforma Trabalhista, deseja é criminalizar os movimentos sociais e o sindical. Assim, Marinho declara guerra à agenda por melhorias sociais, de salário, de renda e de condições de trabalho.

"Poderosos chefes de milícias paramilitares, eufemisticamente denominados líderes de movimentos sociais, organizam e fazem propaganda aberta em redes sociais de ações que aterrorizam produtores e trabalhadores rurais e a população em geral. Eles chantageiam os Poderes do Estado e a sociedade brasileira sem sofrerem qualquer repressão ou punição. Praticam todos os tipos e modalidades de terror no reino da impunidade. Estão inatingíveis pela Lei, ferindo de morte o preceito constitucional, democrático e republicano de que a Lei vale para todos", defende o deputado.

"Travestidos de movimentos sociais existem grupos terroristas armados e organizados para a prática de atos que levam pânico, prejuízos psicológicos, materiais e atentam contra a propriedade e a vida do cidadão no campo e nas cidades brasileiras. A realidade mostra com admirável clareza que é preciso puni-los por seus crimes", acrescenta.

Por trás deste projeto de lei está algo maior, que é o desejo de anular os movimentos sociais e o sindical, que lutam por inclusão social, melhoria das condições de vida e de trabalho e renda da classe trabalhadora.

Sob o pretexto de defender a agenda do mercado, com essa prática legislativa, o deputado tem se colocado constantemente contrário às lutas sociais e trabalhistas no Congresso Nacional. Quando foi relator da Reforma Trabalhista na Câmara dos Deputados não admitiu, por parte do movimento sindical, nenhuma emenda no texto que findou sendo aprovado e transformado na Lei 13.467/17.

Por outro lado, acatou todas as propostas das confederações patronais, que tinham o propósito de precarizar as relações de trabalho, como até o presente momento tem demonstrado a lei na prática.

Fonte: DIAP

Em defesa de Lula, mobilizações ocorrerão em todo Brasil em 4 de abril. Confira

Em Brasília, a militância da CUT e demais movimentos populares se concentrarão às 12h, na Esplanada dos Ministérios. Em SBC, militantes realizaram vigília em frente ao apartamento de Lula nesta terça (3)

Na próxima quarta-feira (4), quando o Supremo Tribunal Federal (STF) vai votar o pedido de habeas corpus (HC) de Lula, atos em defesa da inocência e da liberdade do ex-presidente ocorrerão em diversas cidades do Brasil. Em São Bernardo do Campo, em frente ao prédio onde Lula mora, militantes organizam uma vigília nesta terça-feira (3), a partir das 14h.

Em Brasília, na capital federal, a militância da CUT e de movimentos populares se concentrará a partir das 12h, na Esplanada dos Ministérios, na Praça dos Três Poderes.

Os ruralistas marcaram ato para a mesma data contra o pagamento retroativo da taxa do Fundo de Apoio ao Trabalhador Rural (Funrural), julgada constitucional pelo STF no ano passado. Eles pretendem reunir 5 mil pessoas em frente ao Congresso Nacional e parte dos produtores rurais quer chegar à cavalo ou até mesmo com tratores em Brasília.

Lula é inocente

Para a CUT e os movimentos populares, assim como para centenas de juristas, Lula é inocente e não há nenhuma prova para sustentar as acusações baseadas em convicções do juiz Sérgio Moro e de outros setores do judiciário que adotaram clara postura partidária durante todo o processo.

"A condenação do ex-presidente Lula é política, sem nenhuma prova. O presidente é inocente e todos sabem disso. Eles só querem impedir Lula de se candidatar nas eleições deste ano", afirma o presidente da CUT, Vagner Freitas.

Em São Paulo e Salvador, a CUT, junto aos demais movimentos populares e partidos políticos que compõem a Frente Brasil Popular (FBP), realizará panfletagens que sairão dos bairros periféricos até os centros comerciais.

As ações têm o objetivo de dialogar com a população para fazer chegar a verdade sobre o julgamento político de Lula. Os movimentos populares e as lideranças políticas irão esclarecer, por meio do contato direto com o povo, que Lula não é o verdadeiro dono do tríplex, como a versão da grande imprensa e de setores do judiciário tenta vender.

Nos demais estados, atos públicos estão agendados para o período da tarde, após o resultado do julgamento no STF.

Confira a agenda completa no site da CUT: www.cut.org.br

Fonte: CUT

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF